

Produção acadêmica sobre educação especial no campo: um estudo de revisão

Academic production on special education in the field: a review study

Érika da Cruz Gonçalves Noberto

Bacharela em Administração Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Mestranda em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Osni Oliveira Noberto da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Educação Especial e Educação Física adaptada (GEPEFA)

DOI: 10.47573/aya.5379.2.65.3

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar, através de revisão sistemática, a produção acadêmica referente a Educação Especial nas escolas do campo produzidas entre os anos de 2017 a 2021, no Google Scholar. Assim, foram encontrados 102 trabalhos acadêmicos. Após a leitura do título dos textos restaram 25 estudos. Depois da leitura dos resumos restaram somente 11 e após a leitura na íntegra dos trabalhos restaram um total de dez textos, que compuseram a análise do presente estudo. Foi possível observar que um grande número de produções acadêmicas sobre o tema pesquisado. Apesar disso é possível observar a grande importância das Instituições públicas no que se refere a produção científica. Outro elemento que merece destaque está no fato de que, apesar da maioria dos pesquisadores estarem ligados a instituições do Sudeste do país, apenas um artigo foi encontrado em revista desta região. Em contrapartida foi possível observar uma grande concentração de estudos publicados em revistas da região Centro Oeste do Brasil, mais especificamente no estado do Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: educação especial. escola do campo. revisão sistemática.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze, through a systematic review, the academic production related to Special Education in rural schools produced between the years 2017 to 2021, in Google Scholar. Thus, 102 academic papers were found. After reading the title of the texts, 25 studies remained. After reading the abstracts, only 11 remained and after reading the full papers, a total of ten texts remained, which comprised the analysis of this study. It was possible to observe that a large number of academic productions on the researched topic. Despite this, it is possible to observe the great importance of public institutions in terms of scientific production. Another element that deserves to be highlighted is the fact that, despite the majority of researchers being linked to institutions in the Southeast of the country, only one article was found in a magazine in this region. On the other hand, it was possible to observe a large concentration of studies published in journals in the Midwest region of Brazil, more specifically in the state of Mato Grosso do Sul.

Keywords: special education. countryside school. systematic review.

INTRODUÇÃO

O presente estudo diz respeito a Educação Especial nas escolas do campo. Tal temática se justifica inicialmente pelo fato de que no Brasil existem, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência, sendo que desse total, aproximadamente 7 milhões vivem no campo (IBGE, 2011).

Os dados ainda indicam um aumento crescente de matrículas de alunos com deficiência no campo, o que leva a crer que boa parte dessa população específica está em idade escolar ou com interesse em seu próprio desenvolvimento educacional (IBGE, 2011).

Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação, no ano de 2008 quase trezentos mil professores atua-

vam em escolas do campo, o que representa 14,5% do total de docentes atuando nas escolas do país (BRASIL, 2009).

A importância da educação de alunos com deficiência no campo, além de ser demonstrada nos números apresentados, se fundamenta na legislação vigente, como observado no artigo 28, incisos I, II e III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, que destaca:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

No que se refere a relação com a educação de alunos com deficiência que moram na zona rural, existe a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, a qual deixa claro no inciso 5º do artigo 1º que todos os sistemas de ensino (seja ele federal, estadual ou municipal) precisam providenciar o acesso irrestrito de crianças e jovens com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais que moram no campo “à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular” (BRASIL, 2008a, p. 1).

Além disso, em relação ao trabalho do professor de Educação Especial na atuação com alunos com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva explica que:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008b, p. 17)

Entretanto, ainda que essa temática seja importante, autores como Palma (2016) evidenciaram em seus estudos que as pesquisas, que têm como foco o trabalho dos professores com alunos com deficiência nas escolas do campo, ainda são muito escassas. Por conta disto, a pesquisa aqui apresentada se mostra relevante e justificada.

Segundo Rabelo e Caiado (2014) os docentes que atuam com Educação Especial em escolas do campo necessitam ter suas condições de trabalho garantidas, levando em consideração as especificidades que existem no campo:

O diálogo entre a educação do campo e a educação especial tem como premissa o reconhecimento das singularidades das populações do campo, incluindo aqui as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o que significa compreender que o direito à educação especial em escolas do campo, necessita ser efetivado, com a promoção de algumas condições básicas: oferta do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, formação de professores na área, transporte escolar adaptado, espaço escolar acessível, equipamentos e recursos para atender as demandas educacionais específicas dos alunos da educação especial. (RABELO; CAIADO, 2014, p. 67).

Deste modo, o objetivo deste estudo é analisar, através de revisão sistemática, a produ-

ção acadêmica referente a Educação Especial nas escolas do campo produzidas entre os anos de 2017 a 2021.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão sistemática pode ser conceituada como um rigoroso método que tem como intuito “identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade desses estudos” (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011, p. 1261).

Para Muñoz e seus colaboradores (2002) a revisão sistemática precisa ser organizada a partir de uma série de etapas a saber: definição de um tema específico; seleção das bases de dados para a busca dos textos acadêmicos que irão compor a revisão; definição das palavras chave que conduzirão a busca dos estudos; definição e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos textos encontrados; e ao fim a análise e a discussão dos dados apresentados nos textos selecionados. E ainda segundo os autores:

A discussão deve ajudar o leitor a compreender as implicações da evidência apresentada em relação às decisões práticas. Os autores devem abordar, na discussão, aspectos como: limitações metodológicas e qualidade dos artigos incluídos na pesquisa, significância dos efeitos observados, consistência desses efeitos através dos diferentes estudos, clareza ou não da relação dose-resposta, existência de algum fator indireto que reforce a evidência, outras possíveis explicações para os efeitos observados e a aplicabilidade dos resultados. (MUÑOZ *et al*, 2002, p. 4).

Para uma melhor condução do estudo, algumas considerações precisam ser feitas, como explicado por Costa *et al.* (2014, p. 62):

O caminho natural de uma revisão sistemática é remover artigos durante esse processo por não apresentarem dados a serem extraídos, ou por não serem bem-avaliados a partir dos critérios que foram estabelecidos pelos pesquisadores. Dessa forma, não se preocupe se perceber que isso está acontecendo com seu trabalho. No entanto, dependendo do objetivo da sua revisão, mesmo artigos aparentemente problemáticos podem ser mantidos. Algumas revisões podem ter por objetivo mostrar a qualidade da produção acadêmica em determinada área, indicando problemas metodológicos. Nesse caso, estudos que não atendam satisfatoriamente os critérios de avaliação devem ser mantidos, pois refletem exatamente a qualidade do campo.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada através de levantamento de trabalhos acadêmicos indexados buscador Google Scholar, no dia 20 de outubro de 2021, tendo como critérios de inclusão apenas textos em português, publicados entre 2017 a 2021, utilizando como palavra chave “Educação Especial” junto com “Educação do campo”. Os critérios de exclusão foram a aderência ao tema de Educação Especial no campo e artigos com Qualis¹ de no mínimo B3 na área de Educação.

Assim, foram encontrados 102 trabalhos acadêmicos. Após a leitura do título dos textos restaram 25 estudos. Depois da leitura dos resumos restaram somente 16 e após a leitura na íntegra dos trabalhos restaram um total de 10 textos, que compuseram a análise do presente artigo. Os textos selecionados são apresentados a seguir.

¹ O Qualis é uma categorização que, baseado em uma série de critérios objetivos, classifica os periódicos atualmente em oito categorias: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Quadro 01 – Descrição dos artigos selecionados.

Título	Autor	Referência	Qualis Capes (Educação)
Desafios da realidade brasileira: a educação para jovens e adultos com deficiência em áreas rurais	Gonçalves et al	Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, p. 213-227, ago./dez.2017	B3
A educação especial nas escolas em áreas remanescentes de quilombos: a realidade mostrada pelos indicadores educacionais	Mantovani e Gonçalves	Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 10, n. 2, maio/ago. 2017	B3
Concepção de educação especial e de educação do campo: desafios político-pedagógicos comuns às escolas públicas	Souza e Marcoccia	Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 350-375, 2018	B3
A educação inclusiva em escolas multisseriadas do campo na amazônia paraense	Mercês e Oliveira	Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 418-442, 2018	B3
A educação especial em projetos de assentamentos da reforma agrária no município de Conceição do Araguaia – PA	Bicalho et al	Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 489-517, 2018	B3
Um olhar sobre as políticas públicas da educação do campo e educação especial à luz da pedagogia histórico-crítica	Alves et al	Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.8, n.23 p.192-209, maio/ago. 2018	B2
Saúde docente no campo: uma análise com professores de Atendimento Educacional Especializado	Silva et al	C&D-Revista Eletrônica da FAINOR, Vitória da Conquista, v.12, n.2, p.421-436, mai./ago. 2019	B2
Limites e desafios da educação inclusiva no campo: a experiência do projeto educativo do MST	Barcellos et al	Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, p. e10660, 4 dez. 2020.	B2
Análise das relações interpessoais dos docentes de educação especial com os outros “atores”: um estudo em escolas municipais do campo	Silva	Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas, v. 26, n. 3, 2021	B1
Inclusão e produção da diferença em escolas do campo	Nozu e Bruno	Cad. Cedes, Campinas, v. 41, n. 114, p.131-143, maio - ago., 2021	A1

Fonte: Elaboração própria, 2020.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O primeiro estudo a ser apresentado e analisado é o de Gonçalves e seus colaboradores (2017) que teve como objetivo verificar o cenário educacional a partir de uma análise feita com as notas estatísticas do censo escolar da educação básica do ano de 2016. O foco se concentrou nos dados sobre a distorção idade – série, reprovação e matrículas na educação de jovens e adultos (EJA), entre outros. Além da análise documental, uma professora e uma diretora que atuam em uma comunidade quilombola e dois alunos de um projeto de EJA em um assentamento foram entrevistados. Os resultados do estudo demonstraram que a análise documental indicou que a educação não está sendo oferecida de forma satisfatória, na prática. Além disso, as escolas da zona rural chamaram a atenção pela precariedade da estrutura física e material. Os autores finalizam indicando que os problemas apresentados foram intensificados por se tratar de Educação Especial e EJA em escolas do campo.

Conclui-se que, se não houver uma mudança macro que envolva a estrutura política e o financiamento da educação brasileira, esses índices de distorção idade-série e de não aprovação na educação básica poderão se expandir e, por conseguinte, a EJA terá que amparar essa circunstância. Neste momento, precisamos resistir às atrocidades, políticas e econômicas, que incidem sobre a sociedade brasileira e termos força para lutar por uma educação formal, libertadora e democrática (GONÇALVES *et al*, 2017, p. 223).

O estudo seguinte é de Mantovani e Gonçalves (2017) que objetivou mapear as regiões brasileiras que possuem escolas em quilombos, observando suas características e verificando em quais existe uma atuação de Educação Especial, voltada para os alunos quilombolas considerados público alvo, a saber: pessoas com deficiência, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento. A metodologia utilizada foi uma análise dos microdados do censo escolar de 2015, além de dados específicos das escolas que se localizam em comunidades quilombolas e do serviço de atendimento educacional especializado (elemento importante no processo de inclusão), focando na estrutura física e material de tais escolas. Os resultados indicaram que existem alunos com deficiência vivendo nas comunidades quilombolas, frequentando as escolas e interessados na Educação Especial.

Diante do exposto, depara-se com a realidade do isolamento e da invisibilidade dos alunos da educação especial nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Isso demonstra que embora os alunos estejam nas escolas, eles não contam com condições adequadas para a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados, o que pode contribuir para futura evasão escolar. [...] Assim, aspectos relacionados à condição do público da educação especial, aos seus processos escolares e à sua vida; à formação dos professores e dos demais profissionais da educação e à organização do trabalho pedagógico na escola devem ser criteriosamente analisados e debatidos na escola [...] É preciso romper a lógica da segregação e exclusão e caminhar rumo à efetivação de direitos conquistados, pois o aluno da educação especial está na escola para se instruir e, para isso, precisa de condições adequadas previstas em documentos oficiais (MANTOVANI; GONÇALVES, 2017, p. 27-28).

Foi possível observar também que há um esforço das instituições de ensino em oferecer o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência. Entretanto, os autores deixam claro que essa realidade ainda não representa a totalidade das situações apresentadas nas escolas.

Já a pesquisa de Souza e Marcoccia (2018) teve como objetivo analisar os desafios político-pedagógicos e as relações existentes no que diz respeito a Educação Especial nas escolas do campo. Os autores utilizaram tanto um estudo bibliográfico quanto uma pesquisa de campo, tendo como o universo a região metropolitana de Curitiba, estado do Paraná. Foi possível constatar que tanto a Educação Especial como a Educação do Campo coexistem através de uma série de leis e resoluções federais e estaduais, comuns a ambas. Além disso, os autores destacam que os principais desafios das escolas do campo são referentes à melhora da estrutura física e material, formação de professores e reestruturação da política educacional e do trabalho pedagógico.

Conforme exposto no artigo, os principais aspectos comuns da Educação Especial e da Educação do Campo são: as duas áreas têm acúmulo documental que reforça o direito à educação; têm produção bibliográfica particular consolidada e crescimento nas produções que buscam articular Educação Inclusiva e Educação do Campo; enfrentam o desafio de vincular teoria e prática na organização da política educacional e do trabalho pedagógico na escola; necessitam de investimentos em infraestruturas e de formação continuada; desafios na universalização da Educação Básica em atendimento aos dispositivos e necessidades concretas da Educação Inclusiva e da Educação do Campo (SOUZA; MARCOCCIA, 2018, p. 370-371).

Já Mercês e Oliveira (2018), em seu artigo, têm como objetivo analisar a interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial, além de identificar inconsistência no que se refere às condições trabalho de um professor para com uma aluna com deficiência física de uma turma multisseriada de uma escola existente em uma comunidade ribeirinha no município de Belém do Pará. Para isso os autores se valeram de levantamento bibliográfico, a observação das aulas, inclusive com anotações e diários de campo e entrevista com roteiro semiestruturado aplicado ao coordenador pedagógico da escola e o professor da sala de aula regular. Os resultados permitiram afirmar que inexistem apoio pedagógico nem formação para os docentes que atuam com alunos com deficiência na escola ribeirinha, indicando que a Educação Especial, nessa realidade, está acontecendo em condições insatisfatórias.

Constatou-se, também, que a modalidade da educação especial, ofertada para os alunos da educação especial na escola ribeirinha da Ilha do Combú pesquisada, funciona nas mínimas condições para a escolarização dos alunos com deficiência, bem como os professores não possuem apoio pedagógico nem formação que os auxiliem na prática educativa com alunos com deficiência. A escola do Combú necessita de uma sala de recurso multifuncional, rampa de acessibilidade, materiais pedagógicos e formação continuada para os docentes que atuam com os alunos da educação especial no contexto da sala de aula multiciclada. (MERCÊS; OLIVEIRA, 2018, p. 439).

O estudo de Alves, Melo Júnior e Caiado (2018) procurou identificar e discutir as interfaces referentes à legislação pertinente em relação às políticas públicas educacionais voltadas para o trabalho com educação especial nas escolas do campo. Na metodologia os autores fizeram uma análise documental das leis, resoluções, normas e decretos que tratam sobre a Educação Especial e a Educação do Campo. Deste modo foi possível constatar que o arcabouço legal é robusto no que diz respeito ao direito dos alunos com deficiência e que moram no campo, de frequentar a escola. Entretanto, os autores alertam para a necessidade de mais estudos que ajudem a preencher a lacuna no que se refere a estudar a aplicação prática de tais leis.

Por meio das informações e discussões trazidas neste trabalho, é possível constatar que as políticas públicas da educação do campo e da educação especial apresentam interface entre em favor dos estudantes com deficiência que residem no campo. [...] Contudo, existe um longo caminho a ser seguido para se alcançar uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência. Há questões pertinentes, como por exemplo, o transporte para a mobilidade destes alunos, que é um problema enfrentado na educação escolar oferecida na zona urbana e também na escolarização oferecida no campo. Outro ponto importante diz respeito à formação continuada dos professores para a realização do trabalho com os estudantes com deficiência, pois é preciso que estes tenham conhecimentos, habilidades e sensibilidade para observar e atender as peculiaridades de cada deficiência, favorecendo a escolarização destes alunos. (ALVES *et al.*, 2018, p. 204).

A pesquisa de Bicalho *et al.* (2018) teve como objetivo caracterizar as condições de inclusão de estudantes da Educação Especial que moram e estudam em assentamentos na zona rural do município de Conceição do Araguaia, estado do Pará. De acordo com o censo escolar de 2016, existem 71 estudantes público alvo da Educação Especial cadastrados no referido município. Após a análise dos dados obtidos dos documentos oficiais, os autores constataram que nenhuma escola do campo ofereceu, no ano de 2016, o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é realizado no turno oposto as aulas regulares e ministrado pelos professores de Educação Especial.

Vivemos um período de desmontes das Políticas públicas de nucleação e fechamento de escolas do campo e, conseqüentemente, os espaços do AEE ficam comprometidos. Enfim, as barreiras que encontramos na Educação Especial das escolas da cidade, são agravadas nas escolas do campo, por todo o cenário de conflitos e descaso na história do campo brasileiro. Ao nos assumirmos politicamente por uma educação contra a barbárie e por

uma educação que nos emancipe e nos humanize, precisamos nos questionar: Qual tipo de Educação Especial queremos no campo e na cidade? Certamente uma Educação Especial no campo que considere as peculiaridades dos alunos com necessidades específicas que vivem e estudam no campo, com uma formação humana e emancipadora. Esse é o debate que precisamos aprofundar, considerando que este tipo de discussão ainda está em construção haja vista a ausência de pesquisas nessa interface na região Amazônica e, principalmente no sul e sudeste paraenses (BICALHO *et al.*, 2018, p. 514).

Além disso, os autores inferem que existe uma “invisibilidade social” das pessoas com deficiência, haja vista o descaso a que são submetidas.

O artigo de Silva, Miranda e Bordas (2019) teve como objetivo descrever as condições de saúde dos professores que atuam com Educação Especial, nas escolas do campo dos nove municípios que compõem o território de identidade chamado Piemonte da Diamantina, na Bahia. Como instrumento metodológico para coleta de dados, foi aplicado a 11 professores, que estavam atuando na prática da Educação Especial, um questionário com perguntas de múltipla escolha. Os resultados indicaram que somente 20% dos docentes fazem atividade física mais de 3 vezes na semana. Além do que 8 dos 11 professores afirmaram sentir alguma coisa, sendo as dores de coluna e nas articulações a metade deles. Apesar disso nenhum deles se afastou do trabalho no ano anterior. Assim, os dados indicaram que “é necessária uma maior atenção no que diz respeito a saúde, principalmente nos aspectos de atividade física, alimentação e afastamentos” (SILVA; MIRANDA; BORDAS, 2019, p. 433-434).

A pesquisa de Barcellos *et al.* (2020) teve como objetivo analisar a questão da Educação Inclusiva nos documentos que orientam a proposta educativa do Movimento dos Sem Terra (MST). O estudo foi de natureza bibliográfica e contou com uma análise documental. Como resultado os autores observaram uma série de situações desfavoráveis que precisam ser superadas, no que diz respeito a Educação Especial em escolas do campo:

Fica claro que tanto a Educação Especial, quanto a Educação do Campo, são áreas marcadas pelo descaso e não efetivação de políticas e programas. Há que se considerar ainda que, no caso dos povos do campo, para determinados estudantes pode haver a necessidade da interface entre Educação do Campo, Educação Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos, o que tende a potencializar os desafios apresentados neste texto/trabalho. Outro ponto a se destacar é a questão da precariedade, da descontinuidade, da inexistência, da incipiência, da inconstância da oferta da Educação Infantil no campo, e a Educação Especial configura-se fator-chave nessa etapa crucial para o desenvolvimento global da criança (BARCELLOS *et al.*, 2020, p. 19).

O texto de Silva (2021) teve como objetivo conhecer as relações interpessoais dos professores de Educação Especial com os outros profissionais das escolas do campo. A pesquisa, utilizando um questionário de perguntas de múltipla escolha, contou com onze sujeitos participantes, docentes de Educação Especial em escolas da zona rural de um dos nove municípios integrantes da região do Piemonte da Diamantina, estado da Bahia. Os resultados indicaram que apesar da relação entre os professores de Educação Especial e os alunos com deficiência, serem consideradas satisfatórias, é necessário que haja uma boa relação também com os outros sujeitos que influenciam na rotina da escola, em destaque para pais e mães dos alunos, professores das salas de aula comum, direção, administração da escola, secretária municipal de educação, coordenação pedagógica e os outros funcionários da escola (pessoal da portaria, limpeza, merenda etc.), “já que tal relacionamento é muito importante para a materialização da proposta de Educação Inclusiva” (SILVA, 2021, p. 9).

Por fim, o artigo de Nozu e Bruno (2021) objetivou problematizar os caminhos pelos

quais as diferenças estão sendo produzidas no interior das escolas do campo. O estudo foi realizado através de uma investigação etnográfica, focadas em três escolas do campo da educação básica de um município do estado do Mato Grosso do Sul. Os resultados foram analisados a partir de dois eixos: a) inclusão em escolas do campo: sujeitos, tempos e espaços; b) processos de diferenciação dos sujeitos em escolas do campo em tempos de inclusão. Ao final os autores questionaram a produção de deficiências a partir das diferenças sociais e culturais, juntamente com suas consequências para a Educação Especial.

O discurso da inclusão tem funcionado, no âmbito da educação, a partir da operacionalização de uma série de enunciados que veicula a escola como espaço privilegiado de valorização das diferenças humanas. Em face desse cenário, entendemos que, mais que valorizar, é preciso desnaturalizar, questionar e tensionar as formas como as instituições escolares têm produzido essas diferenças, muitas vezes por meio de suas práticas cotidianas (NOZU; BRUNO, 2021, p. 141).

Após a apresentação resumida foi possível observar que os dez artigos selecionados foram publicados em seis periódicos diferentes, sendo que um deles, a revista Interfaces da Educação, foi responsável pela publicação de três artigos. Em relação à pontuação do Qualis emitido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no campo da Educação, uma revista foi categorizada como A1, uma como B1, três como B2 e cinco como B3.

No que se refere ao ano de publicação, dois artigos foram publicados em 2017, quatro no ano de 2018, um no ano de 2019, um no ano de 2020 e um em 2021. Sobre às instituições que mantêm as revistas científicas, oito estudos foram publicados em periódicos de instituições públicas (quatro em Universidade Federal e duas em Universidade Estadual) e duas em instituições privadas.

Sobre a região dos periódicos, quatro estão na região Centro-Oeste (todos no estado do Mato Grosso do Sul), dois no estado da região Nordeste (Bahia e Maranhão), dois no Sudeste (São Paulo), um no Norte (Tocantins) e um no Sul (Rio Grande do Sul).

Os dez artigos foram produzidos por um total de vinte e quatro autores. Em relação a Instituição de ensino a qual cada autor está ligado, vinte e dois são de instituições públicas (sendo onze de Universidades Federais, nove de Universidades Estaduais, uma de um Instituto Federal e uma ligada a uma secretaria municipal de educação) e dois autores são de Universidades privadas.

Sobre à localização geográfica das instituições onde os autores trabalham, doze deles são lotados em instituições do Sudeste (oito em São Paulo, dois no Rio de Janeiro, dois em Minas Gerais), cinco no Centro-oeste (quatro no Mato Grosso do Sul e um em Goiás), três no Nordeste (todos na Bahia), três no Norte (todos no Pará) e dois no Sul (ambos no Paraná).

No que diz respeito a temática das pesquisas analisadas, os estudos têm como foco: condições de saúde, estruturais e de trabalho na inclusão no campo; análise de dados estatísticos referentes à inclusão; relações interpessoais; produção da diferença; políticas pedagógicas e educacionais.

Em relação ao método escolhido nas diversas pesquisas, temos dois estudos que se utilizaram de uma análise bibliográfica, outros sete textos se utilizaram de estudos de campo e apenas um utilizou ambos. Em relação à localização das pesquisas de campo, temos assentamentos quilombolas, comunidade ribeirinhas, assentamento de reforma agrária, região metropolitana

de uma capital de estado e municípios de um território de identidade do interior de um estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui retomamos o objetivo deste estudo que foi analisar, através de revisão sistemática, a produção acadêmica referente à Educação Especial nas escolas do campo produzidas entre os anos de 2017 a 2021.

Foi possível observar que há um número considerável de produções acadêmicas sobre o tema pesquisado. Além disso, observou-se a grande importância das Instituições públicas no que se refere a produção científica, haja vista que a maioria dos estudos encontrados são de pesquisadores ligados a Universidades Federais ou Estaduais.

Outro elemento que merece destaque está no fato de que, apesar da maioria dos pesquisadores estarem ligados a instituições do Sudeste do país, apenas dois artigos foram encontrados em revistas desta região. Em contrapartida foi possível observar uma grande concentração de estudos publicados em revistas da região Centro Oeste do Brasil, mais especificamente no estado do Mato Grosso do Sul.

Assim, é importante que mais estudos sobre o tema sejam produzidos pelo país e que mais periódicos possam publicar estudos dentro da temática da Educação Especial e Educação do Campo, inclusive promovendo números ou cadernos especiais de cada um ou de ambos, haja vista se tratar de um tema tão importante para o desenvolvimento educacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jackeline Silva; MELO JÚNIOR, Arlindo Lins de; CAIADO, Kátia Regina Moreno. Um olhar sobre as políticas públicas da educação do campo e educação especial à luz da pedagogia histórico-crítica. *Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS*, v.8, n.23 p.192-209, maio/ago. 2018.
- BARCELLOS, Luis Henrique dos Santos; SILVA, Cláudio Rodrigues; MORAES, Agnes Iara Domingos; TORRES, Julio Cesar. Limites e desafios da educação inclusiva no campo: a experiência do projeto educativo do MST. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 5, p. e10660, 4 dez. 2020.
- BICALHO, Ramofly *et al.* A educação especial em projetos de assentamentos da reforma agrária no município de Conceição do Araguaia – PA. *Interfaces da Educ., Paranaíba*, v.9, n.27, p. 489-517, 2018.
- BRASIL. Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. 2008a.
- BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse do professor 2009. Brasília, DF: INEP. 2009.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Silvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.) Manual de Produção Científica, Porto Alegre: Penso, 2014.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, Oct. 2011.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha *et al.* Desafios da realidade brasileira: a educação para jovens e adultos com deficiência em áreas rurais. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, p. 213-227, ago./dez.2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acessado em 18 de fevereiro de 2019.

MANTOVANI, Juliana Vechetti; GONÇALVES, Taisa Grasiela Gomes Liduenha. A educação especial nas escolas em áreas remanescentes de quilombos: a realidade mostrada pelos indicadores educacionais. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 10, n. 2, maio/ago. 2017.

MEDINA Eugênia Urra; PAILAQUILÉN, René Mauricio Barría. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v.18, n.4, 2010.

MERCÊS, Ronielson Santos das; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. A educação inclusiva em escolas multisseriadas do campo na amazônia paraense. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 418-442, 2018.

MUÑOZ, Susana Inés Segura; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso; SANTOS, Cláudia Benedita dos; SANCHEZ-SWEATMAN, Otto. Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. In: Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem, 8, 2002, SIBRACEN, Ribeirão Preto (SP). Anais... Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Inclusão e produção da diferença em escolas do campo. Cadernos CEDES. 2021, v. 41, n. 114, pp. 131-143.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante; CAIADO, Katia Regina Moreno. Educação especial em escolas do campo: um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá, PA. Revista Cocar, v. 8 n. 15, p. 63-71, 2014.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da Silva. Análise das relações interpessoais dos docentes de Educação Especial com os outros “atores”: um estudo em escolas municipais do campo. Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 26, p. 1-11, 2021.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da Silva; MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Saúde docente no campo: uma análise com professores de Atendimento Educacional Especializado. C&D-Revista Eletrônica da FAINOR, Vitória da Conquista, v.12, n.2, p.421-436, mai./ago. 2019.

SOUZA, Maria Antônia de; MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. Concepção de educação especial e de educação do campo: desafios político-pedagógicos comuns às escolas públicas. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 350-375, 2018.